



**GABARITO
EXTRAOFICIAL**

GCM MANAUS AM

Acabe com a ansiedade!



24/05

**PROVA TIPO TIPO 2 - VERDE - CONCURSO GCM MANAUS AM - GUARDA
CIVIL MUNICIPAL**

LEI ORGÂNICA DE MANAUS | ESTATUTO DOS SERVIDORES DE MANAUS

QUESTÕES 56 e 60

Prof. Cíntia de Bittencourt Biesek

QUESTÃO NÚMERO 56

GABARITO PRELIMINAR: B.

COMENTÁRIO:

Considere três situações hipotéticas envolvendo servidores estatutários do município de Manaus, à luz do Estatuto aplicável – Lei Municipal nº 1.118/1971.

I. Um servidor estável utiliza-se de materiais de limpeza de propriedade da repartição para realizar a higienização de seu veículo particular no pátio do órgão.

II. Um servidor é submetido a processo administrativo para apuração de falta grave. Durante o curso do processo, ele solicita sua exoneração a pedido.

III. Uma comissão processante, em sede de processo administrativo disciplinar, constata que o indiciado se encontra em lugar incerto e não sabido após tentativas de localização.

Sobre os casos anteriores e as normas de regime disciplinar e processo administrativo, assinale a afirmativa correta.

a) A conduta descrita no item I é tipificada como proibição ao servidor, sujeitando o infrator à pena de demissão a bem do serviço público, que dispensa o contraditório.

b) Na circunstância do item III, constatando-se que o indiciado se encontra em lugar incerto, a citação será realizada por meio de edital com prazo determinado de quinze dias, visando assegurar a continuidade do rito processual.

c) Se aplicada penalidade de suspensão na situação I, esta poderá ser convertida em multa na base de setenta por cento por dia de vencimento, ficando o servidor desobrigado de permanecer em serviço durante o período da conversão.

d) No cenário do item II, a Administração Municipal deverá conceder a exoneração ao servidor, visto que o direito de deixar o cargo é uma prerrogativa a ele resguardada, independentemente da conclusão do processo administrativo ou de reconhecimento de inocência.

COMENTÁRIO



a) Errado. De fato, a conduta do servidor, no item I, é tipificada como proibição (art. 207, inciso XI, Lei n. 1.118/1971), punível com a pena de demissão (art. 226, inciso IX, Lei n. 1.118/1971). No entanto, a pena de demissão só pode ser aplicada em processo administrativo em que se assegure plena defesa ao processado (art. 239, Lei n. 1.118/1971).

b) Certo. Nos termos do artigo 244, § 2º, da Lei n. 1.118/1971, achando-se o indiciado em lugar incerto, será citado por edital com o prazo de quinze dias.

c) Errado. A conduta do servidor, no item I, é punível com a pena de demissão (art. 226, inciso IX, Lei n. 1.118/1971). Além do mais, quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia, do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço (art. 224, parágrafo único, Lei n. 1.118/1971).

d) Errado. O funcionário só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão definitiva do processo administrativo a que estiver respondendo e desde que reconhecida a sua inocência (art. 256, Lei n. 1.118/1971).

Letra b.

QUESTÃO NÚMERO 60

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO:

Considere a hipótese de que, em 2030, a Prefeitura Municipal de Manaus, diante do crescimento populacional em determinadas regiões administrativas, decida reestruturar o Sistema Municipal de Transportes e o Ordenamento Viário. Para tanto, o chefe do Executivo municipal pretende delegar a uma autarquia a responsabilidade integral pelo planejamento, gerenciamento e operação das variantes do sistema de transporte urbano. Paralelamente, no exercício das funções de fiscalização, agentes da Guarda Municipal e de trânsito recebem ordens para aplicar sanções administrativas visando à arrecadação de multas por infrações à circulação e ao estacionamento em todo o território municipal, visando à fluidez e segurança viária. Ao mesmo tempo, uma associação de moradores solicita que o Município instale novas linhas regulares em ramais e comunidades de difícil acesso, alegando ser dever municipal assegurar esse direito à população. Considerando somente as disposições expressas da Lei Orgânica do Município de Manaus e, ainda, tendo em vista que à época dos fatos a referida legislação possui o mesmo regramento atualmente vigente, analise as ações pretendidas e assinale a afirmativa correta.

a) O Município possui a obrigação legal de destinar o montante total arrecadado com a cobrança de multas de trânsito para o financiamento de sinalização e campanhas educativas de conscientização coletiva.



b) O sistema municipal de transporte coletivo de passageiros, embora seja de interesse público, não possui natureza essencial, devendo o poder público garantir linhas regulares nos bairros conforme a disponibilidade de frota das concessionárias.

c) A organização, a direção e a fiscalização do trânsito de veículos e pessoas em território manauara compreendem o exercício do poder de polícia de trânsito, o que inclui aplicação de medidas administrativas e arrecadação de multas por infrações.

d) A pretensão do chefe do Executivo de delegar a uma entidade externa a organização, a administração e a gestão integral do sistema de transporte urbano é amparada pela autonomia administrativa municipal, desde que mantida a fiscalização direta.

COMENTÁRIO

a) Errado. Nos termos do artigo 251, parágrafo único, da Lei Orgânica de Manaus, o Poder Executivo Municipal destinará a aplicação de 50% (cinquenta por cento) dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito no Município ao financiamento de campanhas educativas e sinalização.

b) Errado. Nos termos do artigo 8º, inciso VII, alínea a, da Lei Orgânica de Manaus, compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de permissão ou concessão, dentre outros, os serviços de transporte coletivo urbano e intramunicipal, que terá caráter essencial.

c) Certo. Nos termos do artigo 251, inciso III, da Lei Orgânica de Manaus, na defesa e garantia do direito constitucional ao transporte do cidadão, o Município, respeitadas as instâncias de competência da União, atuará no sentido de organizar, dirigir e fiscalizar o trânsito de veículos, pessoas e animais em seu território e exercer a ação normativa, educativa e de repressão, atuando e aplicando as medidas administrativas cabíveis e arrecadando as multas por infrações à circulação, estacionamento e parada prevista na legislação de trânsito, no exercício regular do poder de polícia de trânsito.

d) Errado. Nos termos do artigo 252, parágrafo único, da Lei Orgânica de Manaus, o Município não poderá delegar a outros, sob qualquer expediente, a organização, administração e gestão do sistema de transporte urbano, cabendo-lhe, exclusivamente, o planejamento, o gerenciamento e a operação de suas variantes.



Cíntia de Bittencourt Biesek

Professora em cursos preparatórios para carreiras jurídicas. Autora de livros e artigos jurídicos. Especialista em Direito Administrativo – Extensão em Direito Digital. Ex-Assessora Jurídica do Ministério Público da União (MPT). Aprovada no concurso de Analista Jurídico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Analista do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Analista e Técnico do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Analista do Tribunal Regional do



GABARITO
EXTRAOFICIAL

GCM MANAUS AM

Acabe com a ansiedade!

24/05

Trabalho da 2ª Região e Analista e Técnico do Ministério Público da União.